XÉROX DE LEIS ORDINÁRIAS 2008



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 664 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO DE 2.009.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município da Estância Turística de Holambra para o exercício financeiro de 2008, estima a receita e fixa a despesa em R$ 37.234.300,00 (trinta e sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil e trezentos reais).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	**31.227.000,00**
Receita Tributária	4.750.900,00
Receita Patrimonial	375.300,00
Receita de Serviços	1.447.000,00
Transferências Correntes	22.882.000,00
Outras Receitas Correntes	1.771.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	**6.391.000,00**
Alienação de Bens	251.000,00
Transferências de Capital	6.140.000,00
TOTAL GERAL	**37.618.000,00**
- Deduções para Formação do FUNDEF	3.208.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**34.410.000,00**

2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**1.759.300,00**
Receita de Contribuições	733.900,00
Receita Patrimonial	1.000.200,00
Outras Receitas Correntes	25.200,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**942.000,00**
Receitas de Contribuições	942.000,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**123.000,00**
Outras Receitas de Capital	123.000,00
TOTAL GERAL	**2.824.300,00**

3- ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**32.986.300,00**
Receita Tributária	4.750.900,00
Receita de Contribuições	733.900,00
Receita Patrimonial	1.375.500,00
Receita de Serviços	1.447.000,00
Transferências Correntes	22.882.000,00
Outras Receitas Correntes	1.797.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**942.000,00**
Receitas de Contribuições	942.000,00
RECEITA DE CAPITAL	**6.391.000,00**
Alienação de Bens	251.000,00
Transferências de Capital	6.140.000,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**123.000,00**
Outras Receitas de Capital	123.000,00
TOTAL GERAL	**40.442.300,00**
- Deduções para Formação do FUNDEF	3.208.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**37.234.300,00**

Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCINAL

01 – Câmara Municipal	970.000,00
02.01 – Administração e Dependências	4.376.200,00
02.02 – Finanças	1.603.000,00
02.03 – Assistência Social	654.300,00
02.04 – Desporto e Lazer	1.531.100,00
02.05 – Obras e Serviços Urbanos	9.587.800,00
02.06 – Saneamento	1.030.100,00
02.07 – Agricultura	391.200,00
02.08 – Transportes	666.800,00
02.09 – FUNDEB	5.000.000,00
02.10 - Educação	3.304.400,00
02.11 – Saúde	5.295.100,00
03 – Instituto Prev. Serv. Púb. Mun. Holambra	2.824.300,00
TOTAL	**37.234.300,00**

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	970.000,00
02 – Judiciária	261.000,00
04 – Administração	3.365.500,00
06 – Segurança Pública	1.052.700,00
08 – Assistência Social	654.300,00
09 – Previdência Social	904.200,00
10 – Saúde	5.295.100,00
12 – Educação	8.895.400,00
13 – Cultura	685.800,00
15 – Urbanismo	6.092.800,00
17 – Saneamento	2.190.100,00
20 – Agricultura	511.200,00
23 – Comércio e Serviços	800.200,00
26 – Transporte	996.800,00
27 – Desporto e Lazer	1.810.100,00
28 – Encargos Especiais	379.000,00
99 – Reserva de Contingência	2.370.100,00
TOTAL	**37.234.300,00**

III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

031 – Ação Legislativa	970.000,00
062 – Defesa do Interesse Púb. no P Judiciário	261.000,00
122 – Administração Geral	2.917.800,00
123 – Administração Financeira	444.500,00
124 – Controle Interno	166.000,00
125 – Normatização e Fiscalização	130.000,00
129 – Administração de Receitas	163.500,00
181 – Policiamento	1.052.700,00
241 – Assistência ao Idoso	34.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	112.600,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	118.200,00
244 – Assistência Comunitária	389.500,00
272 – Previdência do Regime Estatutário	447.900,00
301 – Atenção Básica	5.107.000,00
304 – Vigilância Sanitária	103.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	85.100,00
306 – Alimentação e Nutrição	591.000,00
361 – Ensino Fundamental	5.512.000,00
362 – Ensino Médio	28.000,00
365 – Educação Infantil	2.512.900,00
366 – Educação de Jovens e Adultos	76.000,00
367 – Educação Especial	175.500,00
392 – Difusão Cultural	685.800,00
451 – Infra - Estrutura Urbana	5.684.500,00
452 – Serviços Urbanos	408.300,00
512 – Saneamento Básico Urbano	2.190.100,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	511.200,00
695 – Turismo	800.200,00
782 – Transporte Rodoviário	996.800,00
812 – Desporto Comunitário	1.810.100,00
843 – Encargos Especiais	379.000,00
999 – Reserva de Contingência	2.370.100,00
TOTAL	**37.234.300,00**

IV – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

DESPESAS CORRENTES	**26.378.200,00**
Pessoal e Encargos Sociais	13.808.100,00
Juros e Encargos da Dívida	28.900,00
Outras Despesas Correntes	12.541.200,00
DESPESAS DE CAPITAL	**8.486.000,00**
Investimentos	8.135.900,00
Inversões Financeiras	80.000,00
Amortização da Dívida	270.100,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**1.920.100,00**
Reserva Orçamentária do RPPS	1.920.100,00
REVERVA DE CONTINGÊNCIA	**450.000,00**
Reserva de Contingência	450.000,00
TOTAL DA DESPESA	**37.234.300,00**

Artigo 4º - O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7° da Lei Federal n.° 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 15% da Receita estimada do orçamento, conforme legislação vigente.

Parágrafo único – O Poder Legislativo fica autorizado a proceder, mediante ato da Mesa da Câmara Municipal, a suplementação de suas dotações orçamentárias, desde que os recursos necessários para as coberturas, sejam provenientes de anulação de suas próprias dotações.

Artigo 5º - O Poder Executivo fica ainda, autorizado, por decreto, e o Legislativo, por ato da mesa, a desdobrar as dotações do orçamento de 2009, em quantas fontes de recursos forem necessárias, segundo proposta do projeto AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como reintegrá-las quando necessário desde que preservado o valor global de cada dotação.

Parágrafo Único O intercâmbio dos desdobramentos e as reintegrações de fontes de recursos, por se tratarem de movimentação dentro da mesma categoria econômica, funcional programática, programa de governo, projeto e ou atividade, não serão considerados no percentual de autorização constante do art. 4º desta Lei.

Artigo 6° - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados

e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único - A Apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

Artigo 8º - Durante o exercício de 2.009 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, ou antecipação da Receita até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Artigo 9º - Ficam convalidados na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 657/08 – LDO, os valores das Ações ora contemplados na presente lei.

Artigo 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2.009 a partir de 1° de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 17 de Dezembro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 663 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA PECUÁRIA HOLAMBRA – DIVISÃO DE ALIMENTOS PARA A UTILIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio, com a COOPERATIVA PECUÁRIA HOLAMBRA – Divisão de Alimentos – empresa com sede na Rua Rota dos Imigrantes, n.º 152, Centro, Holambra, SP, com inscrição no CNPJ sob n.º 52.770.542/0001-47, para o lançamento de efluente no sistema de Tratamento de Esgoto do Município, pelo período de 05(cinco) anos.

Parágrafo Único – Firmado o presente Convênio com a Cooperativa, a Diretoria do Abatedouro fica responsável a continuar dando preferência de trabalho às pessoas residentes em Holambra.

Artigo 2º - Formalizado o Convênio de que trata apresente Lei, continua, a COOPERATIVA PECUÁRIA HOLAMBRA - Divisão de Alimentos, a ter direito de lançar seu esgoto industrial na Estação de Tratamento de Esgoto.

Parágrafo Único – O direito mencionado no caput deste artigo fica condicionado à observância de um lançamento de esgoto industrial , numa vazão nunca superior á 20 litros por segundo e com uma carga orgânica nunca superior á 500Kg de D.B.O por dia cumprindo os demais itens do Artigo "19 A" do Decreto Estadual n° 8468/76.

Artigo 3º - Pela utilização da Estação de Tratamento de Esgoto do Município, a COOPERATIVA AGROPECUÁRIA HOLAMBRA – Divisão de Alimentos – pagará o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Artigo 4º - A COOPERATIVA PECUARIA HOLAMBRA – Divisão de Alimentos, deverá dentro do período de 03 (três) anos, construir seu próprio emissário até a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, bem como construir novas lagoas para a finalização do tratamento, as suas próprias expensas.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento do município a ser suplementada se necessário.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 17 de dezembro de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

LEI Nº 665 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER O LOTE 3-B1a DESMEMBRADO DO LOTE 3-B1, COM ÁREA DE 11.219,95 M2, EM DAÇÃO DE PAGAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova e, eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - *Fica o Município de Holambra autorizado a receber em* **DAÇÃO EM PAGAMENTO,** o bem imóvel designado Lote 3-B1a, desmembrado do lote 3-B1, nos termos do projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Holambra (doc. incluso), registrado sob a matrícula n° 53.369, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim - SP, avaliado em R$ 1.795.233,60 (um milhão setecentos e noventa e cinco mil duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos), com área de 11.219,95 m2, situado na Avenida *das Tulipas, esquina com a Rua Solidagos, e tem a seguinte descrição: "inicia-se a* presente linha divisória no marco 3a, cravado na margem esquerda da referida avenida, e divisa deste lote com o lote 3-B1b, remanescente do Lote 3-B1; daí segue confrontando com a referida avenida, com rumo de SE 64º 22' 39" NW e uma distância de 15,51 metros até o marco W10aa; daí segue a direita, confrontando com a avenida, com rumo de SE 59º 59' 12" NW e uma distância de 170,00 metros até o marco W10aaa; daí segue a direita confrontando com a *mesma avenida, com rumo de SE 00º 03' 48" NW numa distância de 45,51* metros até o marco W8a1b, cravado junto ao Córrego Borda da Mata; daí segue a direita córrego acima por 228,02 metros até encontrar o marco 2a; daí segue a direita confrontando com o lote 3-B1b, desmembrado do lote 3-B1, com rumo de NE 27º 58' 28" SW numa distância de 88,09 metros até o marco 3a, que serviu de partida desta descrição, pertencente a BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN e s/mr. PEDRO LUIZ COLUSSI ANGELO, CLÁUDIO TEN BUUREN e *s/esposa* ROBERTA CRISTINA MARCONDES TEN BUUREN e HENRICUS PETRUS HUBERTTUS TEN BUUREN, em Dação de Pagamento de Dívida relativa aos seguintes débitos de IPTU junto à Prefeitura de Holambra:

Parágrafo Primeiro – O valor total de **R$ 1.978.048,50 (um milhão novecentos e setenta e oito mil e quarenta e oito reais e cinqüenta centavos),** conforme inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria e Anexo

Único, referentes a R$ 1.006.281,93 (um milhão seis mil e duzentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos) do Lote 1I, da matrícula 50112 - cadastro 100281435010; R$ 109.077,75 (cento e nove mil e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos) do Lote 1F, da matrícula 50109 - cadastro 100280997010 ; R$ 10.084,66 (dez mil e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) do Lote 1C, da matrícula 50106 - cadastro 100807540101, em nome de **HENRICUS PETRUS H. TEN BUUREN**; R$ 232.133,49 (duzentos e trinta e dois mil cento e trinta e três reais e quarenta e nove centavos) do Lote 1E, da matrícula 50108 - cadastro 100280899010; R$ 26.025,15 (vinte e seis mil e vinte e cinco reais e quinze centavos) do Lote 1A, da matrícula 50104 (cadastro 100280752010); R$ 253.617,37 (duzentos e cinqüenta e três mil seiscentos e dezessete reais e trinta e sete centavos) do Lote A5, da matrícula 28739 - cadastro 600400440010; R$ 226.375,24 (duzentos e vinte e seis mil trezentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) do Lote 1G, da matrícula 50110 - cadastro 100280998010, em nome de **BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN**; R$ 60.962,12 (sessenta mil novecentos e sessenta e dois reais e doze centavos) do Lote 1B, da matrícula 50105 - cadastro 100280753010, em nome de **IMAVI INDUSTRIAL E COMÉRCIO LTDA.**; R$ 53.490,79 (cinqüenta e três mil quatrocentos e noventa reais e setenta e nove centavos) do Lote H, da matrícula 50111 - cadastro 100281329010 em nome de **CLÁUDIO TEN BUUREN**.

Parágrafo Segundo - A dívida ativa dos referidos cadastros descritos na inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria e Anexo Único, são objeto dos Processos de Execução Fiscal n.º 08.6294-4, em trâmite perante o *Fórum Distrital de Artur Nogueira; Execução Fiscal n.º 265/07, em trâmite* perante a 3ª Vara Cível de Mogi Mirim; Processo n.º 328/07, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mogi Mirim; Execução Fiscal n.º 1378/05, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Mogi Mirim; Processo n.º 447/07, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim; Execução Fiscal n.º 1031/06, em trâmite perante a 1ª Vara, em nome de **BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN**; bem como dos Processos de Execução Fiscal n.º 08.6394-2, em trâmite perante o Fórum *Artur Nogueira; Execução Fiscal n.º 1031/06, em trâmite perante a 2ª Vara Cível* de Mogi Mirim, em nome de **CLÁUDIO TEN BUUREN**; e, ainda, dos Processos de Execução Fiscal n.º 08.6393-4, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira, Execução Fiscal n.º 1013/01, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal n.º 397/03, em trâmite perante a 2ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal n.º 1164/04, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal n.º 1483/05, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, *Execução Fiscal n.º 1141/06, em trâmite perante a 2ª Vara de Mogi Mirim,*

Execução Fiscal n.° 374/07, em trâmite perante a 1ª Vara, em nome de **HENRICUS PETRUS H. TEN BUUREN**, conforme Termo de Acordo de Dação em Pagamento, Laudos de Avaliação e Certidão, Relatório do Departamento de Lançadoria, *que fazem parte integrante da presente lei.*

Artigo 2º - Sobre o valor total da dívida será concedido 10% de abatimento, perfazendo o total de R$ 1.780.243,70 (um milhão setecentos e oitenta mil duzentos e quarenta e três reais e setenta centavos).

Parágrafo Único – Com a lavratura e registro da Escritura e concomitante pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais previstos nesta Lei e Termo de Dação, será dada total e integral quitação dos débitos aos Contribuintes, cabendo à Procuradoria o pedido de extinção dos processos.

Artigo 3º - A escritura de dação do bem imóvel deverá ser firmada no prazo de 10 (dez) dias da publicação desta Lei, ficando as despesas decorrentes com a lavratura e registro da escritura **a cargo dos contribuintes**.

Artigo 4º - A não lavratura da Escritura implicará no cancelamento do acordo.

Artigo 5º - Fica autorizado o Município após a lavratura e registro da Escritura, dar as devidas baixas e cancelamento junto ao Livro da Dívida Ativa, mediante pagamento das custas processuais e dos respectivos honorários advocatícios a base de dez por cento, bem como providenciar a extinção dos Processos de Execução Fiscal n.º 08.6294-4, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira; Execução Fiscal n.° 265/07, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Mogi Mirim; Processo n.° 328/07, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mogi Mirim; Execução Fiscal n.° 1378/05, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Mogi Mirim; Processo n.° 447/07, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim; Execução Fiscal n.º 1031/06, em trâmite perante a 1ª Vara, em nome de **BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN**; bem como da Execução Fiscal n.º 08.6394-2, em trâmite perante o Fórum Artur Nogueira; Execução Fiscal n° 1031/06, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mogi Mirim, em nome de **CLÁUDIO TEN BUUREN**; e, ainda, do processo de Execução Fiscal n.°08.6393-4, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira, Execução Fiscal n.° 1013/01, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal n.° 397/03, em trâmite perante a 2ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal n.° 1164/04, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal n.°

1483/05, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal n.° 1141/06, em trâmite perante a 2ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal n.° 374/07, em trâmite perante a 1ª Vara, em nome de **HENRICUS PETRUS H. TEN BUUREN**, *conforme Termo de Acordo de Dação em Pagamento, Laudos de* Avaliação e Certidão, Relatório do Departamento de Lançadoria que fazem parte integrante da presente lei.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 17 de dezembro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

LEI Nº 662 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A RECEBER POR DOAÇÃO, IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu CELSO CAPATO, PREFEITO MUNICIPAL sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1° - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, sem encargos, de HERMELINDA VENDRAME MARTINS, RENATO ANTONIO MARTINS, MARIA TEREZINHA MARTINS BIANCHI, ALVARO JOSÉ MARTINS, ODAIR ATILIO MARTINS, MARIA INES MARTINS MAZOTTI, MARIA ISABEL MARTINS LEME, MARIA ALICE MARTINS MANZAN, ROBERTO CARLOS MARTINS, PAULO VAN NOIJE, TAÍS VAN BOIJE, uma Gleba de Terras, desmembrada da área maior denominada Gleba "A" do Sitio Santa Terezinha, situado neste Município.

Artigo 2° - A Gleba objeto de doação **GLEBA B-7 – remanescente da Gleba B do Sitio Santa Terezinha**, destinada a instalação de uma estrada, em substituição às servidões de passagem existente, cuja áreas estão inclusas na presente gleba., com a seguinte descrição: Começa a presente linha divisória no ponto n. 06, localizado na confluência da propriedade de Petronella Maria Henrica Gofers Palmen (usufrutuária), e Estrada Municipal da Estância Turística de Holambra HBR-253 e a referida gleba; daí segue com azimute 176° 53' 29" por uma distância de 208,35 metros até o ponto n. 07, deste ponto, deflete a direita e segue com azimute 266° 53' 29" por uma distância de 3,00 metros até o ponto 08, confrontando dos pontos n. 06 ao 08 com a propriedade de Petronella Maria Henrica Gofers Palmen (usufrutuária); deste ponto, deflete a esquerda e segue com azimute de 176° 53' 29" por uma distância de 680,00 metros até o ponto n. 09, confrontando com as propriedades de Petronella Maria Henrica Gofers Palmen (usufrutuária) e de Marli Marcela Klein Gunnewiek e seu marido Flavio Antonio Xavier; deste ponto, deflete a esquerda e segue com azimute 86° 53' 29" por uma distância de 1,50 metros até o ponto n. 10; deste ponto deflete a direita e segue com azimute 176° 53' 29" por uma distância de 280,00 metros até o ponto n. 11, confrontando dos pontos n. 09 ao 11 com a propriedade de Marli Marcela Klein Gunnewiek e seu marido Flavio Antonio Xavier; deste ponto, deflete a direita e segue com azimute 278° 27' 50" por uma distância de 159,48 metros até o ponto n. 12, confrontando com a propriedade de Ilda Thereza Legendre Martini de Barros; deste ponto deflete a esquerda e segue com azimute 275° 45' 27" por uma distância de 15,38 metros até o ponto n. 13; deste ponto, deflete à direita e segue com azimute 52° 47' 59" por uma distância de 15,06 metros até o ponto n. 13a; deste ponto, deflete a direita e segue com azimute 98° 31' 30" por uma distância de 143,23 metros até o ponto n. 9d; deste ponto, deflete a esquerda e segue com azimute 357° 01' 47" por uma distância de 6,12 metros até o ponto n. 9c; deste ponto, deflete a direita e segue com azimute 98° 31' 30" por uma distância de

LEI Nº 661 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2008.

INCLUI PROGRAMAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo de Holambra, autorizado a incluir no Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei Municipal nº 549, de 26 de Dezembro de 2005, abrangendo o período de 2.006 a 2.009, os programas detalhados no Anexo II - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos, acompanhado do Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental, para o exercício de 2008, ambos integrantes desta lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo de Holambra, autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, aprovada pela Lei Municipal nº 613, de 23 de Agosto de 2007, abrangendo o exercício de 2008, os programas detalhados no Anexo I - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício, acompanhado do Anexo II – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental, constantes desta lei.

Art. 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA (período de 2006 a 2009) e na Lei nº 657/08 - LDO (para o exercício de 2009), o valor dos ***programas*** ora contemplados na presente lei, bem como, passam a integrar nas planilhas que fazem parte das leis retro-citada, os anexos constantes desta.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de novembro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

PROGRAMA: Guarda Municipal	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0006

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Admin. e Dependências - Guarda Municipal	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	Nº 02.01.05

OBJETIVO: Vigilância diurna e noturna.

JUSTIFICATIVA: Observação: No custo total estimado para o programa, considera-se somente o valor dos programas alterados neste anexo.

META			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
2 – Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Palmeiras/Alegre/Imigrantes)	-	-	-
3 – Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Fundão/Loteamento Santo Antonio)	-	-	-

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO				
Indicadores	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
2 – Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Palmeiras/Alegre/Imigrantes)	-	-	-	-
3 – Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Fundão/Loteamento Santo Antonio)	-	-	-	-
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA: R$ 120.000,00				

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01
FUNÇÃO: Segurança Pública	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 06
SUBFUNÇÃO: Policiamento	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 181
PROGRAMA: Guarda Municipal	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0006

AÇÕES	
PROJETO: Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Palmeiras/Alegre/Imigrantes)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1083

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 60.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*60.000,00*

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01
FUNÇÃO: Segurança Pública	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 06
SUBFUNÇÃO: Policiamento	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 181
PROGRAMA: Guarda Municipal	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0006

AÇÕES	
PROJETO: Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Fundão/Loteamento Santo Antonio)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1084

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 60.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*60.000,00*

ANEXO I – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

INICIAL	X		**ALTERAÇÃO**		**INCLUSÃO**		**EXCLUSÃO**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

EXERCÍCIO	**2009**

PROGRAMA: Guarda Municipal
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 0006

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Admin. e Dependências – Guarda Municipal
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL Nº 02.01.05

OBJETIVO: Vigilância diurna e noturna.

JUSTIFICATIVA:

META/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
2 – Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Palmeiras/Alegre/Imigrantes)	-	-	-
3 – Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Fundão/Loteamento Santo Antonio)	-	-	-

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO: R$ 120.000,00

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

EXERCÍCIO	2008

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos – Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Segurança Pública	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 06

SUBFUNÇÃO: Policiamento	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 181

PROGRAMA: Guarda Municipal	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0006

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Palmeiras/Alegre/Imigrantes)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1083

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 60.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2008**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos – Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Segurança Pública	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 06

SUBFUNÇÃO: Policiamento	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 181

PROGRAMA: Guarda Municipal	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0006

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Construção do Posto de Guarda (entre os Bairros Fundão/Loteamento Santo Antonio)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1084

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 60.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 00019

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Obras e Serviços Urbanos – Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	**Nº** 02.05.01

OBJETIVO: Atender os projetos básicos desenvolvidos para o Município, voltados a obras e infra-estrutura urbana.

JUSTIFICATIVA: Inclusão de novos projetos, promovendo e acompanhando as atividades de construção/manutenção de obras públicas municipais, tais como praças, parques e jardins, arborização e ajardinamento de áreas verdes, bem como Programas Habitacionais. **Observação: No custo total estimado para o programa, considera-se somente o valor do programa alterado neste anexo.**

META			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
11 – Pavimentação da Av. das Dálias (Continuação)	-	-	-
12 – Construção de Ciclovias no Centro de Holambra	-	-	-
13 – Construção do Parque Ecológico	-	-	-
14 – Programa Habitacional (Projeto a ser elaborado com o CMDU)	-	-	-

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO				
Indicadores	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
11 – Pavimentação da Av. das Dálias (Continuação)	-	-	-	-
12 – Construção de Ciclovias no Centro de Holambra	-	-	-	-
13 – Construção do Parque Ecológico	-	-	-	-
14 – Programa Habitacional (Projeto a ser elaborado com o CMDU)	-	-	-	-
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA: R$ 1.260.000,00				

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos – Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 451

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0019

AÇÕES

PROJETO: Pavimentação da Av. das Dálias (Continuação)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1080

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 160.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*160.000,00*

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos – Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 451

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0019

AÇÕES

PROJETO: Construção de Ciclovias no Centro de Holambra	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1086

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 50.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*50.000,00*

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos – Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 451

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0019

AÇÕES

PROJETO: Construção do Parque Ecológico	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1065

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 50.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*50.000,00*

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos – Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 451

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0019

AÇÕES

PROJETO: Programa Habitacional (Projeto a ser elaborado com o CMDU)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1076

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 1.000.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*1.000.000,00*

ANEXO I – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

EXERCÍCIO	2009

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0019

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	Nº 02.05.01

OBJETIVO: Atender os projetos básicos desenvolvidos para o Município, voltados a obras e infra-estrutura urbana.

JUSTIFICATIVA: Promover e acompanhar as atividades de construção/manutenção de obras públicas municipais, tais como pavimentação de vias públicas, obras de guias, sarjetas e galerias, praças, parques e jardins, arborização e ajardinamento de áreas verdes, iluminação nas ruas, praças e avenidas; manter e conservar obras já existentes; elaboração de programas habitacionais, promover a elaboração de projetos de obras públicas municipais e os respectivos orçamentos, indicando recursos financeiros necessários para o atendimento das respectivas despesas.

META/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
11 – Pavimentação da Av. das Dálias (Continuação)	-	-	-
12 – Construção de Ciclovias no Centro de Holambra	-	-	-
13 – Construção do Parque Ecológico	-	-	-
14 – Programa Habitacional (Projeto a ser elaborado com o CMDU)	-	-	-

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO: R$ 1.260.000,00

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA — **Nº** 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO — **Nº** 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO — **Nº** 451

PROGRAMA: Obras
CÓDIGO DO PROGRAMA — **Nº** 0019

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Pavimentação da Av. das Dálias (Continuação)
CÓDIGO DO PROJETO — **Nº** 1080

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 160.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	2009

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 451

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0019

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Construção de Ciclovias no Centro de Holambra	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1086

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 50.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	**Nº** 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº** 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº** 451

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0019

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Construção de Ciclovias no Centro de Holambra	
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº** 1086

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 50.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	**Nº** 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº** 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº** 451

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0019

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Construção do Parque Ecológico	
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº** 1065

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 50.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	**Nº** 02.05.01

FUNÇÃO: Urbanismo	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº** 15

SUBFUNÇÃO: Infra-Estrutura Urbana	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº** 451

PROGRAMA: Obras	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0019

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
PROJETO: Programa Habitacional (Projeto a ser elaborado com o CMDU)	
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº** 1076

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 1.000.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 00022

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Saneamento – Água e Esgoto	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	Nº 02.06.00

OBJETIVO: Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Tratamento de Esgoto.

JUSTIFICATIVA: Melhor captação de água e qualidade da mesma para o cidadão, bem como o 7tratamento do esgoto, proporcionando para toda a comunidade uma via mais saudável; manutenção e conservação da ETA e ETE para o perfeito funcionamento das mesmas. **Observação: No custo total estimado para o programa, considera-se somente o valor do programa alterado neste anexo.**

META			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
07 – ETE Compacta (Camanducaia)	-	-	-
08 – ETE Compacta (Loteamento Santo Antonio)	-	-	-
09 – Poço Semi Artesiano (Loteamento Danúbio Azul)	-	-	-
10 – Rede de Água Potável (Loteamento Danúbio Azul)	-	-	-
11 – Adutora ETE – Rio Jaguari	-	-	-

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO				
Indicadores	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
07 – ETE Compacta (Camanducaia)	-	-	-	-
08 – ETE Compacta (Loteamento Santo Antonio)	-	-	-	-
09 – Poço Semi Artesiano (Loteamento Danúbio Azul)	-	-	-	-
10 – Rede de Água Potável (Loteamento Danúbio Azul)	-	-	-	-
11 – Adutora ETE – Rio Jaguari	-	-	-	-
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA: R$ 1.120.000,00				

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01
FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 17
SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512
PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

AÇÕES

PROJETO: ETE Compacta (Camanducaia)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1078

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 250.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*250.000,00*

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO .	Nº 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

AÇÕES

PROJETO: ETE Compacta (Loteamento Santo Antonio)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1079

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 250.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*250.000,00*

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

AÇÕES

PROJETO: Poço Semi Artesiano (Loteamento Danúbio Azul)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1081

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 50.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*50.000,00*

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

AÇÕES

PROJETO: Rede de Água Potável (Loteamento Danúbio Azul)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1082

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 70.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*70.000,00*

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

AÇÕES

PROJETO: Adutora – ETE Jaguari	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1088

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 500.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*500.000,00*

ANEXO I – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

EXERCÍCIO	**2009**

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	Nº 02.06.00

OBJETIVO: Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Tratamento de Esgoto.

JUSTIFICATIVA: Melhor captação de água e qualidade da mesma para o cidadão, bem como o tratamento do esgoto, proporcionando para toda a comunidade uma via mais saudável; manutenção e conservação da ETA e ETE para o perfeito funcionamento das mesmas.

META/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
07 – ETE Compacta (Camanducaia)	-	-	-
08 – ETE Compacta (Loteamento Santo Antonio)	-	-	-
09 – Poço Semi Artesiano (Loteamento Danúbio Azul)	-	-	-
10 – Rede de Água Potável (Loteamento Danúbio Azul)	-	-	-
11 – Adutora ETE – Rio Jaguari	-	-	-

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO: R$ 1.120.000,00

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: ETE Compacta (Camanducaia)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1078

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 250.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

EXERCÍCIO	2009

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: ETE Compacta (Loteamento Santo Antonio)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1079

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 250.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

*UNI*DADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	**Nº** 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº** 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº** 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0022

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Poço Semi Artesiano (Loteamento Danúbio Azul)	
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº** 1081

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 50.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Rede de Água Potável (Loteamento Danúbio Azul)	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1082

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 70.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Saneamento	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 17

SUBFUNÇÃO: Saneamento Básico Urbano	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 512

PROGRAMA: Água e Esgoto	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0022

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Adutora – ETE Jaguari	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1088

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 500.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

PROGRAMA: Desporto Amador	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0018

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Desporto e Lazer - Esportes	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	**Nº** 02.04.03

OBJETIVO: Estimular a prática esportiva; desenvolver o espírito competitivo e a integração entre as diversas comunidades; descobrir novos talentos; afastar os jovens das drogas.

JUSTIFICATIVA: Promoção de eventos esportivos, recreativos e de lazer para a população; apoiar as práticas esportivas junto à comunidade e estudantes; manutenção de áreas esportivas, bem como seus equipamentos e materiais. **Observação: No custo total estimado para o programa, considera-se somente o valor do programa alterado neste anexo.**

META			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
5 – Construção de Ginásio Multiuso/Centro de Eventos e Convenções	-	-	-

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO				
Indicadores	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
5 – Construção de Ginásio Multiuso/Centro de Eventos e Convenções	-	-	-	-
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA: R$ 1.000.000,00				

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

UNIDADE EXECUTORA: : Obras e Serviços Urbanos - Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Desporto e Lazer	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 27

SUBFUNÇÃO: Desporto Comunitário	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 812

PROGRAMA: Desporto Amador	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0018

AÇÕES

ATIVIDADE: Construção de Ginásio Multiuso/Centro de Eventos e Convenções	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 1085

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 1.000.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*1.000.000,00*

ANEXO I – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

PROGRAMA: Desporto Amador	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0018

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Desporto e Lazer - Esportes	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	**Nº** 02.04.03

OBJETIVO: Estimular a prática esportiva; desenvolver o espírito competitivo e a integração entre as diversas comunidades; descobrir novos talentos; afastar os jovens das drogas.

JUSTIFICATIVA: Promoção de eventos esportivos, recreativos e de lazer para a população; apoiar as práticas esportivas junto à comunidade e estudantes; manutenção de áreas esportivas, bem como seus equipamentos e materiais.

META/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
5 – Construção de Ginásio Multiuso/Centro de Eventos e Convenções	-	-	-

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO: R$ 1.000.000,00

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Obras e Serviços Urbanos – Obras e Serviços Urbanos Gerais	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.05.01

FUNÇÃO: Desporto e Lazer	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 27

SUBFUNÇÃO: Desporto Comunitário	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 812

PROGRAMA: Desporto Amador	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0018

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	
PROJETO: Construção de Ginásio Multiuso/Centro de Eventos e Convenções	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1085

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 1.000.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

PROGRAMA: Agricultura	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 00023

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Agricultura	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	**Nº** 02.07.00

OBJETIVO: Atender ao agricultor no desenvolvimento de suas ações voltadas à projetos agrícolas; aprimorar os serviços de preservação e controle ambiental.

JUSTIFICATIVA: Integrar a associação de desenvolvimento rural, assistir o pequeno agricultor, com a manutenção de equipamentos, objetivando melhor produtividade; recuperar e manter as matas ciliares. **Observação: No custo total estimado para o programa, considera-se somente o valor do programa alterado neste anexo.**

META			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
04 – Aquisição de Caminhão Patrulha Ecológica	unidade	0	1

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO				
Indicadores	**2006**	**2008**	**2008**	**2009**
04 – Aquisição de Caminhão Patrulha Ecológica	-	-	-	01
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA: R$ 50.000,00				

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
UNIDADE EXECUTORA: Agricultura	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.07.00

FUNÇÃO: Agricultura	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 20

SUBFUNÇÃO: Preservação e Conservação Ambiental	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 541

PROGRAMA: Agricultura	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0023

AÇÕES

PROJETO: Aquisição de Caminhão Patrulha Ecológica	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1087

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
01	unidade

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2008**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	01	01
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 50.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2008**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*50.000,00*

ANEXO I – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

PROGRAMA: Agricultura	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0023

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Agricultura e Meio Ambiente	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	Nº 02.07.00

OBJETIVO: Atender ao agricultor no desenvolvimento de suas ações voltadas à projetos agrícolas; aprimorar os serviços de preservação e controle ambiental.

JUSTIFICATIVA: Integrar a associação de desenvolvimento rural, assistir o pequeno agricultor, com a manutenção de equipamentos, objetivando melhor produtividade; recuperar e manter as matas ciliares.

META/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
04 – Aquisição de Caminhão Patrulha Ecológica	unidade	-	01

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO: R$ 50.000,00

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Agricultura e Meio Ambiente	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	Nº 02.07.00

FUNÇÃO: Agricultura	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 20

SUBFUNÇÃO: Preservação e Conservação Ambiental	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 541

PROGRAMA: Agricultura	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0023

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Aquisição de Caminhão Patrulha Ecológica	
CÓDIGO DO PROJETO	Nº 1087

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	**UNIDADE DE MEDIDA**
01	unidade
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 50.000,00	

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
PROGRAMA: Assistência Médica, Odontológica e Ambulatorial	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0033

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Saúde –FMS – Atenção Básica	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	**Nº** 02.11.01

OBJETIVO: Proporcionar a toda a comunidade condições de atendimento satisfatório na Saúde, desenvolvendo atividades relacionadas à Assistência Médica, Odontológica e Ambulatorial na Atenção Básica, e com o andamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONSAÚDE), oferecer assistência ambulatorial ampliada e assistência hospitalar de baixa complexidade, e ainda fortalecer o Programa de Saúde da Família, para trabalhar no planejamento e execução de programas preventivos em saúde.

JUSTIFICATIVA: Fazer ampliação da política de saúde do Município e conjuntamente com o Conselho Municipal de Saúde planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços preventivos em saúde; participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada do Sistema Único de Saúde (SUS); realizar um trabalho intersocial articulando-se com os demais Órgãos da Administração, em especial com a Educação, para execução de programas de educação em saúde e assistência à saúde do escolar; estabelecer os registros e demais instrumentos necessários à obtenção de dados e informações para o planejamento, controle e avaliação dos programas e ações da Saúde. **Observação: No custo total estimado para o programa, considera-se somente o valor do programa alterado neste anexo.**

META			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
5 – Construção de PSF no Bairro Fundão	-	-	-

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO				
Indicadores	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
5 – Construção de PSF no Bairro Fundão	-	-	-	-
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA: R$ 200.000,00				

ANEXO III – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PPA

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

UNIDADE EXECUTORA: Saúde – FMS – Atenção Básica	
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº 02.11.01

FUNÇÃO: Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº 10

SUBFUNÇÃO: Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº 301

PROGRAMA: Assistência Médica, Odontológica e Ambulatorial	
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº 0033

AÇÕES	
ATIVIDADE: Construção de PSF no Bairro Fundão	
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº 1077

META FÍSICA	
QUANTIDADE TOTAL	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-

META POR EXERCÍCIO				
2006	**2007**	**2008**	**2009**	**META PPA**
-	-	-	-	-
CUSTO FINANCEIRO TOTAL			**R$ 200.000,00**	

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO			
2006	**2007**	**2008**	**2009**
0,00	*0,00*	*0,00*	*200.000,00*

ANEXO I – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

PROGRAMA: Assistência Médica, Odontológica e Ambulatorial.	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0033

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Saúde - FMS – Atenção Básica	
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL	**Nº** 02.11.01

OBJETIVO: Proporcionar a toda a comunidade condições de atendimento satisfatório na Saúde, desenvolvendo atividades relacionadas à Assistência Médica, Odontológica e Ambulatorial na Atenção Básica, e com o andamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONSAÚDE), oferecer assistência ambulatorial ampliada e assistência hospitalar de baixa complexidade, e ainda fortalecer o Programa de Saúde da Família, para trabalhar no planejamento e execução de programas preventivos em saúde.

JUSTIFICATIVA: Fazer ampliação da política de saúde do Município e conjuntamente com o Conselho Municipal de Saúde planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços preventivos em saúde; participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada do Sistema Único de Saúde (SUS); realizar um trabalho intersocial articulando-se com os demais Órgãos da Administração, em especial com a Educação, para execução de programas de educação em saúde e assistência à saúde do escolar; estabelecer os registros e demais instrumentos necessários à obtenção de dados e informações para o planejamento, controle e avaliação dos programas e ações da Saúde.

META/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
INDICADORES	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
5 – Construção de PSF no Bairro Fundão	-	-	-

CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO: R$ 200.000,00

ANEXO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

INICIAL X		ALTERAÇÃO		INCLUSÃO		EXCLUSÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA	
EXERCÍCIO	**2009**

UNIDADE EXECUTORA: Saúde – FMS – Atenção Básica	
CÓDIGO DA UNIDADE EXECUTORA	**Nº** 02.11.01

FUNÇÃO: Saúde	
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº** 10

SUBFUNÇÃO: Atenção Básica	
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº** 301

PROGRAMA: Assistência Médica, Odontológica e Ambulatorial	
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº** 0033

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO: Construção de PSF no Bairro Fundão	
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº** 1077

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	**UNIDADE DE MEDIDA**
-	-
CUSTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO: R$ 200.000,00	

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 660 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2008.

SUPLEMENTA VERBAS ORÇAMENTÁRIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a suplementar no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal n º 629, de 19 de Dezembro de 2007), as seguintes dotações orçamentárias nas importâncias abaixo discriminadas:

Unid. Orçamentária/Executora	Código	Categoria Econômica	Valor
Gabinete do Prefeito	18	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	80.000,00
Jurídico	43	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	4.000,00
Guarda Municipal	67	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	10.000,00
Guarda Municipal	68	3.3.90.30 - Material de Consumo	20.000,00
Guarda Municipal	69	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	1.000,00
Guarda Municipal	70	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	18.000,00
Merenda Escolar	75	3.3.90.30 - Material de Consumo	87.000,00
Fundo Municipal de Ass. Social	117	3.3.90.30 - Material de Consumo	3.000,00
Fundo Municipal de Ass. Social	118	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	1.000,00
Fundo Municipal de Ass. Social	119	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	1.000,00
Comunitária Social Geral	132	3.3.90.30 - Material de Consumo	3.000,00
Comunitária Social Geral	135	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	3.000,00
Comunitária Social Geral	137	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	6.000,00
Cultura	150	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	6.000,00
Esportes	165	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	33.000,00
Esportes	168	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.000,00
Serv. Estradas e Rodagens Municipais	265	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	8.000,00
Oficina e Garagem	273	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	12.000,00
Creches	320	3.3.90.30 - Material de Consumo	90.000,00
Vigilância Sanitária	360	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	8.000,00
Vigilância Sanitária	362	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	1.000,00
		TOTAL	**397.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários para suplementação dos créditos de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Unid. Orçamentária/Executora	Código	Categoria Econômica	Valor
Tesouraria	101	9.9.99.99 – Reserva de Contingência	397.000,00
		TOTAL	**397.000,00**

Art 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor dos ***programas*** ora contemplados na presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de novembro de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 659 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2008.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A ALIENAR O LOTE 03 DA QUADRA "32" COM AREA DE 1.997,09M² DO LOTEAMENTO PARQUE DOS IMIGRANTES DADO EM PAGAMENTO DE DEBITO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município autorizado a alienar o bem imóvel objeto da matrícula nº 55.969, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, assim descrito e caracterizado "*um lote de terreno sob nº 03 da Quadra 32 do Loteamento Parque Residencial dos Imigrantes, no município de Holambra – SP, com área de 1.997,09m² com 45,85m de frente para a Rua Projetada 06, do lado direito com 50,00m, confrontando com o lote 02, do lado esquerdo com 51,83m confrontando com o lote 02, do lado esquerdo com 51,83m confrontando com a área verde e sistema de lazer IV e nos fundos com 34,03m, confrontando com a propriedade de Alberto Pedro van den Broek*", mediante Concorrência Publica, nos termos do que preceitua o artigo 17, Inciso I, da Lei 8.666/93, conforme avaliação previa de R$ 88.500,00 (oitenta e oito mil e quinhentos reais).

Artigo 2º - O fruto da arrecadação da alienação do bem descrito no artigo anterior será aplicado em despesas de capital.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de novembro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

LEI Nº 658 DE 30 DE OUTUBRO DE 2008.

SUPLEMENTA VERBAS ORÇAMENTÁRIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a suplementar no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), as seguintes dotações orçamentárias nas importâncias abaixo discriminadas:

Unid. Orçamentária/Executora	Código	Categoria Econômica	Valor
Administração e Dependências	58	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	3.000,00
Administração e Dependências	59	3.3.90.13 - Obrigações Patronais	9.000,00
Administração e Dependências	60	3.3.90.30 - Material de Consumo	19.000,00
Administração e Dependências	62	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	111.000,00
Tesouraria e Encargos Especiais	91	3.3.90.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	22.000,00
Tesouraria e Encargos Especiais	92	3.3.90.93 - Indenizações e Restituições	63.000,00
Comunitária Social Geral	129	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	28.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	173	4.4.90.51 - Obras e Instalações	100.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	175	4.4.90.51 - Obras e Instalações	80.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	180	4.4.90.51 - Obras e Instalações	100.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	187	4.4.90.51 - Obras e Instalações	90.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	194	4.4.90.51 - Obras e Instalações	40.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	196	4.4.90.51 - Obras e Instalações	55.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	202	4.4.90.51 - Obras e Instalações	10.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	217	4.4.90.51 - Obras e Instalações	33.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	208	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	202.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	210	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	22.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	211	3.3.90.30 - Material de Consumo	143.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	213	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	50.000,00
Saneamento	255	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	61.000,00
FMS – Atenção Básica	350	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	356.000,00
FMS – Atenção Básica	353	3.3.70.41 - Contribuições	506.000,00
FMS – Atenção Básica	357	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	24.000,00
		TOTAL	**2.127.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários para suplementação dos créditos de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unid. Orçamentária/Executora	Código	Categoria Econômica	Valor
Recursos Humanos	53	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	12.600,00
Polícia Civil e Militar	72	3.3.90.30 - Material de Consumo	3.000,00
Polícia Civil e Militar	73	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	2.500,00
Trânsito	78	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	29.000,00
Trânsito	79	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	2.000,00
Trânsito	80	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	900,00
Trânsito	81	3.3.90.30 - Material de Consumo	27.900,00
Trânsito	82	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física 39	1.000,00
Trânsito	83	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	10.000,00
Trânsito	84	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
Contabilidade	102	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	12.000,00

Art. 23. A concessão de subvenções sociais e auxílios às instituições sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, dependerá de autorização legislativa, e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados pelo Poder Executivo.

§ 1º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos estatutários de sua criação, e deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo Executivo.

Art. 24. O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderá ser realizado:

I. caso se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;
II. se houver expressa autorização em lei específica, detalhando o seu objeto;
III. sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, e
IV. se houver previsão na lei orçamentária.

Art. 25. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 26. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade na alocação de recursos orçamentários em relação a projetos novos, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo Único – A inclusão de novos projetos no orçamento somente será possível se estiver previsto no PPA e na LDO, e após adequadamente atendidos os em andamento, observado o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 27. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Art. 28. Na execução do orçamento, deverá obrigatoriamente ser utilizado na classificação da receita e da despesa o código de aplicação, devendo ainda na execução

Contabilidade	103	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	6.000,00
Contabilidade	106	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	1.000,00
Contabilidade	108	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
Tributação	110	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	9.000,00
Tributação	113	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	1.000,00
Tributação	114	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	11.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	174	4.4.90.51 - Obras e Instalações	35.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	176	4.4.90.51 - Obras e Instalações	15.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	182	4.4.90.51 - Obras e Instalações	2.600,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	183	4.4.90.51 - Obras e Instalações	90.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	184	4.4.90.51 - Obras e Instalações	75.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	185	4.4.90.51 - Obras e Instalações	75.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	186	4.4.90.51 - Obras e Instalações	1.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	189	4.4.90.51 - Obras e Instalações	10.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	190	4.4.90.51 - Obras e Instalações	5.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	195	4.4.90.51 - Obras e Instalações	2.400,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	197	4.4.90.51 - Obras e Instalações	80.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	200	4.4.90.51 - Obras e Instalações	400,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	203	4.4.90.51 - Obras e Instalações	2.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	204	4.4.90.51 - Obras e Instalações	1.100,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	205	4.4.90.51 - Obras e Instalações	820.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	206	4.4.90.51 - Obras e Instalações	100.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	215	4.4.90.51 - Obras e Instalações	39.500,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	216	4.4.90.51 - Obras e Instalações	60.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	221	4.4.90.51 - Obras e Instalações	20.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	224	4.4.90.51 - Obras e Instalações	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	225	4.4.90.51 - Obras e Instalações	25.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	226	4.4.90.51 - Obras e Instalações	20.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	228	4.4.90.51 - Obras e Instalações	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	227	4.4.90.51 - Obras e Instalações	5.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	218	4.4.90.51 - Obras e Instalações	80.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	223	4.4.90.51 - Obras e Instalações	20.000,00
Limpeza Pública	233	3.1.90.09 - Salário Família	800,00
Limpeza Pública	234	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	62.000,00
Limpeza Pública	235	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	500,00
Limpeza Pública	236	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	400,00
Limpeza Pública	237	3.3.90.30 - Material de Consumo	15.000,00
Limpeza Pública	238	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	6.900,00
Limpeza Pública	239	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	57.100,00
Limpeza Pública	240	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	8.000,00
Serviços Funerários	241	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	500,00
Serviços Funerários	242	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	500,00
Serviços Funerários	244	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	3.000,00
Serviços Funerários	246	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	19.000,00
Serviços Funerários	247	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	6.000,00
Agricultura	263	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	1.700,00
Ensino Fundamental	310	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	3.000,00
Pré-Escolas	327	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	7.200,00
Pré-Escolas	328	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	10.000,00
Pré-Escolas	333	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	4.800,00
Educação Especial	334	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	500,00
Educação Especial	335	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	250,00
Educação Especial	336	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	250,00
Educação Especial	337	3.3.90.30 - Material de Consumo	500,00
Educação Especial	338	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	500,00
Educação Especial	339	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	1.000,00
Suplência	340	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	500,00
Suplência	341	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	250,00
Suplência	342	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	250,00

Suplência	343	3.3.90.30 - Material de Consumo	600,00
Suplência	344	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	400,00
Suplência	345	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	1.000,00
Ensino Médio	346	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	20.000,00
Vigilância Epidemiológica	368	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	3.000,00
Laboratório Municipal	374	3.1.90.11 - Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	20.000,00
Laboratório Municipal	375	3.1.90.13 - Obrigações Patronais	3.000,00
Laboratório Municipal	376	3.1.91.13 - Obrigações Patronais	3.000,00
Laboratório Municipal	377	3.3.90.30 - Material de Consumo	30.000,00
Laboratório Municipal	378	3.3.90.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física	1.000,00
Laboratório Municipal	379	3.3.90.39 - Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	6.700,00
Laboratório Municipal	380	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
		TOTAL	**2.127.000,00**

Art 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor dos ***programas*** ora contemplados na presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 04 de setembro de 2008.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 30 de outubro de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

LEI Nº 657 DE 12 DE SETEMBRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, ALTERAÇÕES DO PPA (2006 A 2009) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2009, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária e dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º - Integram a presente lei os seguintes anexos:

Anexo I - Descrição dos programas governamentais por metas de indicadores e custo.

Anexo II – Descrição das ações dos programas por unidades executoras.

Anexo III – Metas Fiscais, contendo os demonstrativos:

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e a memória e metodologia de cálculo das fontes de receita e despesa;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação dos ativos;

Demonstrativo VI – Receitas e Despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social, com projeção atuarial e avaliação da situação financeira;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, e

Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Anexo IV – Riscos Fiscais, contendo o demonstrativo de riscos fiscais e providências a serem tomadas.

Anexos de alterações do PPA, sendo:

Anexo II – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

Anexo III – Unidades Executoras e Ações voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

§ 2º - As metas físicas e os custos financeiros estabelecidos no Plano Plurianual para o exercício de 2009 poderão ser aumentados ou diminuídos nos Anexos I e II do parágrafo anterior, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas, bem como para atender às necessidades da população.

§ 3º - Em ocorrendo às modificações citadas no parágrafo anterior, a Administração deverá na forma estabelecida pelo Projeto AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos, do Tribunal de Contas de São Paulo, informar as alterações nas planilhas do Plano Plurianual.

§ 4º - Se durante a execução orçamentária ocorrer quaisquer alterações no orçamento que importem em retificação nas metas ou custos dos programas estabelecidos nas planilhas do PPA e desta Lei, bem como, em razão de abertura de créditos adicionais, a Administração deverá, na forma estabelecida pelo projeto AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos, do Tribunal de Contas de São Paulo, informar as modificações nas peças de planejamento nos prazos estabelecidos nas Instruções Consolidadas do TCE-SP.

§ 5º - Ficam convalidadas no Plano Plurianual 2006/2009, as alterações feitas nos Anexos I e II da presente Lei.

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo; seus fundos e entidades da administração direta e indireta, observando-se os seguintes objetivos:

I. Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
II. Dar apoio aos estudantes carentes, de prosseguirem seus estudos no ensino médio e superior;
III. Promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
IV. Reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;
V. Assistência à criança e ao adolescente;
VI. Melhoria da infra-estrutura urbana;
VII. Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde, e
VIII. Austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 3º A Câmara Municipal deverá enviar sua proposta Orçamentária ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária ao Legislativo.

Parágrafo único: O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal até 60 (sessenta) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2009, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 4º O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta lei, o artigo 165, §§ 5º, 6º, 7º e 8º, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, assim como a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas para cada fonte de recursos, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, suas Autarquias e seus Fundos.

§ 1º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I. o orçamento fiscal;
II. o orçamento de investimento das empresas, e
III. o orçamento da seguridade social.

§ 2º - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

§ 3º - Na execução do orçamento deverá ser indicada em cada rubrica da receita e em cada dotação da despesa a fonte de recursos, bem como o código de aplicação, que se caracteriza como detalhamento da fonte de recursos.

Art. 5º É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 6º A proposta orçamentária para o ano 2009, conterá as metas e prioridades estabelecidas no Anexo II que integra esta lei e ainda as seguintes disposições:

I. as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados;
II. na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;
III. as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em agosto de 2008, observando a tendência de inflação projetada no PPA;

IV. as despesas serão fixadas no mínimo por elementos, obedecendo as codificações da Portaria STN nº 163/2001, e o artigo 15, da Lei nº 4.320/1964;
V. não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior ao das despesas de capital, excluídas as por antecipação da receita orçamentária, e
VI. os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo Único - Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 7º Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no "caput" do artigo 9º, e no inciso II, do § 1º, do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º – Excluem do "caput" deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, bem como se buscará preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com alimentação escolar;
II - com atenção à saúde da população;
III - com pessoal e encargos sociais;
IV - com a preservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45, da Lei Complementar nº 101/2000;
V - com sentenças judiciais, e
VI - com projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias.

§ 2º – Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o correspondente montante que caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo e da justificação do ato.

§ 3º – O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do "caput" deste artigo, caberá ao respectivo órgão na limitação de empenho e movimentação financeira.

Art. 8º Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo, editará ato estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º - As receitas e despesas, conforme as respectivas previsões serão programadas em metas de arrecadação e de desembolso mensais.

§ 2º - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 9º Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou beneficio tributário com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, que importem em renúncia de receita, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, bem como, serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Parágrafo único - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados por autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 10. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e de cargos e salários, incluindo:

a) a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
b) a criação, aumento e a extinção de cargos ou empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira, e
c) o provimento de cargos ou empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

§ 1º - As alterações previstas neste artigo somente ocorrerão se houver dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e estiverem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º – Fica o Executivo ainda autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 11. O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com os onze meses imediatamente anteriores, verificada ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida apurada no mesmo período.

§ 1º - O limite de que trata este artigo está assim dividido:

I. **6%** (seis por cento) para o Poder Legislativo, e
II. **54%** (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I. de indenização por qualquer motivo, incluindo aquelas oriundas de demissão de servidores ou empregados;
II. relativas a incentivos à demissão voluntária;
III. decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior a que trata o "caput" deste artigo;
IV. com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:
    a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
    b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal, e
    c) das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

§ 3º - O Executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de pessoal, caso estas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

I. redução de vantagens concedidas a servidores;
II. redução ou eliminação das despesas com horas-extras;
III. exoneração de servidores ocupantes de cargos ou empregos em comissão, e
IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 12. No exercício de 2009, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos nos incisos I e II, do §1º do artigo anterior, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, devidamente comprovado.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviços extraordinários, no âmbito do Poder Executivo nas condições estabelecidas no "caput" deste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 13. Para efeito de registros contábeis, as despesas com terceirização de mão-de-obra a ser contabilizada como "Outras Despesas de Pessoal", de que trata o § 1º, do artigo 18, da Lei Complementar nº 101/2000, referem-se à contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com as atividades ou funções previstas no Plano de Cargos ou Empregos dos Servidores Públicos Municipais, ou ainda, atividades inerentes à Administração Pública Municipal, desde que, caracterizem a substituição de servidores públicos e, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

§ 1º – Ficará descaracterizada a substituição de servidores quando a contratação dos serviços envolver, também, o fornecimento de materiais ou a utilização de equipamentos próprios do contratado ou de terceiros.

§ 2º - Quando a contratação dos serviços guardar a característica descrita no parágrafo anterior, a despesa deverá ser classificada em outros elementos de despesas, que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 14. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 15. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa considera-se despesa irrelevante, aquela ação cujo montante não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 1993, alterada pela Lei nº 9.648, de 1998.

Art. 16. O Poder Executivo poderá submeter ao Legislativo, projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I. Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
II. Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções, inclusive com relação à progressividade do IPTU, e/ou instituir taxas e contribuições criadas por legislação federal;

III. Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
IV. Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;
V. Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
VI. Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
VII. Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter vivos e de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Imóveis;
VIII. Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
IX. Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos, e
X. Incentivo ao pagamento dos tributos em atraso, com renúncia de multas e/ou juros de mora.

Art. 17. A lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo código 9.9.99.99.99 em relação ao Executivo, e 7.7.99.99.00 em relação ao Regime Próprio de Previdência Municipal, e equivalerá a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

§ 2º - Caso a reserva de contingência não seja utilizada até 31 de outubro de 2009 para os fins de que trata o "caput" deste artigo, poderá ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

Art. 18. O Poder Executivo fica autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

I. realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
II. realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
III. abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:
a) o excesso ou o provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
b) o superávit financeiro do exercício anterior;
c) o superávit orçamentário;

d) a reserva de contingência, após esgotados os recursos previstos nas alíneas "a" e "b" deste inciso;
e) a anulação parcial de dotações, desde que seu objetivo tenha sido cumprido e dentro da mesma categoria de programação em nível de elemento de despesa.
f) os recursos em decorrência de veto da Câmara.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo fica autorizado a proceder, mediante ato da Mesa da Câmara Municipal, a suplementação de suas dotações orçamentárias, desde que os recursos necessários para as coberturas, sejam provenientes de anulação de suas próprias dotações, observado, ainda, o mesmo limite referido no inciso III deste artigo.

Art. 19. O Poder Executivo fica ainda, autorizado, por decreto, e o Legislativo, por ato da mesa, a desdobrar as dotações do orçamento de 2009, em quantas fontes de recursos forem necessárias, segundo proposta do projeto AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como reintegrá-las quando necessário desde que preservado o valor global de cada dotação.

Parágrafo Único – O intercâmbio dos desdobramentos e as reintegrações de fontes de recursos, por se tratarem de movimentação dentro da mesma categoria econômica, funcional programática, programa de governo, projeto e ou atividade, excluem-se do conceito de suplementação, conforme dispõe o inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal e, portanto, não são considerados no percentual de autorização constante do inciso III do artigo 16 desta Lei.

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária de 2009 com dotações vinculadas às fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 21. O excesso, ou o provável excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no parágrafo único, do artigo 8º, e no inciso I, do artigo 50, ambos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Os repasses mensais de recursos ao Poder Legislativo serão estabelecidos de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, obedecendo-se às disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

das despesas o detalhamento obrigatório até nível de sub-elemento, sendo optativo os seus desdobramentos.

Art. 29. O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por intermédio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 30. Para fins dos §§ 3º e 5º do art. 100 da Constituição Federal, fixa-se como de pequeno valor a quantia de 30 (trinta) salários mínimos.

Art. 31. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de setembro de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

LEI Nº 656 DE 05 DE SETEMBRO DE 2008

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO PARA A CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DE ESTAGIÁRIOS MUNICIPAL, LAVRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTANCIA TURÍSTICA DE HOILAMBRA-SP, EM CARÁTER GRATUITO, EM CONFORMIDADE COM O COMUNICADO Nº 84/05, DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 24/06/2005".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio, termos aditivos para sua alteração, adequação ou prorrogação para a Cessão de Servidor Público e de Estagiários Municipal, lavrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município da Estância Turística de Holambra, em caráter gratuito, em conformidade com o comunicado Nº 84/05, do Conselho Superior da Magistratura, Publicado no Diário Oficial do Estado em 24/06/2005, conforme MINUTA em anexo, que passa a ser parte integrante desta Lei.

Art. 2º - O Executivo Municipal deverá encaminhar cópia do Convênio ou Termo Aditivo assinado para a Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento dos mesmos, pelo Município.

Art. 3º - As obrigações de ambas as partes estão contidas no instrumento de convênio, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 4º - As despesas anuais decorrentes do presente convênio correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) do Município e suplementas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 05 de setembro de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 655 DE 15 DE AGOSTO DE 2.008.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO UMA ÁREA CORRESPONDENTE A 1.793,54 M2, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município autorizado a receber em doação de PAULO ROBERTO SIBIN, brasileiro, solteiro, industrial portador do RG nº 8.954.858 e do CPF nº 965.788.408-00, residente e domiciliado à Rua General Carneiro, nº 67 no Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo,o seguinte bem imóvel, objeto da matrícula nº 50.401 junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, assim descrito e caracterizado conforme memorial descritivo e Planta Planimétrica em anexo: *"Com área de 1.793,54m² tendo inicio suas confrontações e medidas junto a estrada municipal que dá acesso à Rodovia SP 340 daí segue rumo de 10º21'01"NE e distancia de 19 4,54 metros ate a margem do lago do holandês confrontando com a Gleba B6. Daí deflete a esquerda pela margem esquerda do lago do Holandês com distância de 3,00 metros, daí deflete à esquerda com rumo de 10º21'01"SW e distancia de 63,21metros confrontando com a Gleba B5, daí deflete a direita com o rumo de 79º38'59"NW e distância de 9,00 metros, confrontando-se com a Gleba B5, daí deflete à esquerda com o rumo de 10º 21'05"SW e distância de 136,40 metros ate a estrada municipal que dá acesso a SP340, confrontando –se com a Gleba B5, daí deflete a esquerda com o rumo de 74º57'11"NE e distancia de 13,27metros confrontando com a estrada municipal que da acesso a Rodovia SP 340 e fechando o polígono ao ponto inicial."*

Artigo 2º - A escritura de doação do bem imóvel deverá ser firmada dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, ficando a cargo da Prefeitura Municipal.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de agosto de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 654 DE 15 DE AGOSTO DE 2008.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a abrir no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), nas Unidades Orçamentárias abaixo descritas, um **crédito suplementar por excesso** no valor total de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal
02.05 – Obras e Serviços Urbanos
02.05.01 – Obras e Serviços Urbanos Gerais
123650029.1.027000 – Construção, Reforma e Ampliação de Creches
4.4.90.51 – Obras e Instalações
05 – Transferências e Convênios Federais - Vinculados
R$ 700.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem do excesso de arrecadação por parte do Convênio Federal, conforme Termo de Convênio nº 710302/2008 – MEC/FNDE.

Art. 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor do ***projeto*** ora contemplado na presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de agosto de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

LEI Nº 650 DE 11 DE JULHO DE 2008

DISPÕE SOBRE A NOMENCLATURA DAS ESTRADAS QUE LIGAM O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA AOS BAIRROS RURAIS

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei municipal:

Artigo 1º - As estradas rurais que dão acesso ao perímetro urbano do município da Estância Turística de Holambra terão a seguinte nomenclatura:

I – A HBR 60 que liga o perímetro urbano ao bairro Campo das Almas será chamada de "Estrada Campo das Almas";

II – A HBR 155 que liga o perímetro urbano aos bairros Palha Grande e Alegre, em direção ao bairro Palmeiras, será chamada de "Estrada do Palmeiras";

III - A HBR 165 que liga o perímetro urbano aos bairros Feital e Alegre será chamada de "Estrada do Alegre no lado Norte da SP 107, e "Estrada dos Eucaliptos" no lado Sul da SP 107.

IV - A HBR 40 que liga o perímetro urbano aos bairros Trentina, Manga e Fundão, será chamada de "Estrada do Fundão";

V – A HBR 30 que liga o perímetro urbano ao bairro Cachoeira será chamada de "Estrada da Cachoeira";

VI – A HBR 20 que liga o perímetro urbano aos bairros Cachoeira, Manga, Loteamento Santo Antonio e Fundão serão chamados de "Estrada do Pinhalzinho";

VII A HBR 10 que liga o perímetro urbano ao bairro Camanducaia será chamada de "Estrada do Camanducaia";

VIII – A HBR 253 que liga o perímetro urbano ao bairro Borda da Mata será chamada de "Estrada Borda da Mata";

IX – A HBR 240 que liga o perímetro urbano ao bairro Dona Amélia será chamada de "Estrada Dona Amélia".

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 651 DE 11 DE JULHO DE 2008

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO BENEDITO GALLI (TICO GALLI)".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, ***CELSO CAPATO,*** *Prefeito Municipal sanciono e promulgo o seguinte Projeto de Lei:*

Artigo 1º - Fica denominado: "Complexo Esportivo Benedito Galli (Tico Galli)", localizado no Bairro Parque Residencial dos Imigrantes.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de julho de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei nº 012/2008 – Vereador José Marcos de Souza.

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 654 DE 15 DE AGOSTO DE 2008.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a abrir no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), nas Unidades Orçamentárias abaixo descritas, um **crédito suplementar por excesso** no valor total de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal
02.05 – Obras e Serviços Urbanos
02.05.01 – Obras e Serviços Urbanos Gerais
123650029.1.027000 – Construção, Reforma e Ampliação de Creches
4.4.90.51 – Obras e Instalações
05 – Transferências e Convênios Federais - Vinculados
R$ 700.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem do excesso de arrecadação por parte do Convênio Federal, conforme Termo de Convênio nº 710302/2008 – MEC/FNDE.

Art. 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor do ***projeto*** ora contemplado na presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de agosto de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 653 DE 06 DE AGOSTO DE 2008.

DISCIPLINA O REPASSE DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS DECORRENTES DE CONDENAÇÃO POR SUCUMBÊNCIA FIXADA POR SENTENÇA JUDICIAL, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Aos Procuradores Jurídicos do Município da Estância Turística de Holambra, serão devidos os honorários advocatícios, resultantes de condenação por sucumbência fixada por sentença judicial em todas e quaisquer ações em que atuarem, sejam pelo Município ou suas Autarquias, assim como os honorários advocatícios devidos nas execuções fiscais liquidadas antes da sentença, ou nos acordos celebrados, homologados em juízo, nos termos do "caput" do artigo 26 do Código de Processo Civil, constituem créditos dos procuradores em exercício.

§ 1º - Os honorários decorrentes da sucumbência ou fixados por arbitramento, pertencem somente aos procuradores municipais e serão rateados na mesma proporção entre todos,

§ 2º - Os recolhimentos dos honorários serão feitos em guias próprias e com conta vinculada, aberta para esse fim.

Art. 2º - Da importância arrecadada a título de verba honorária, serão partilhados igualmente, a cada mês até o 15º (décimo quinto) dia útil, entre todos os Procuradores em atividade, sem prejuízo dos vencimentos integrais de seus cargos ou funções.

§ 1º - Os honorários não constituem encargos do Tesouro Municipal, e serão pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora, adversa ao Município nos feitos judiciais.

§ 2º - A verba honorária especificada e recebida nos termos desta Lei não incorporará aos vencimentos e/ou salários dos Procuradores e Advogados, em hipótese alguma.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 648 DE 11 DE JULHO DE 2008

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ABRIGO DE ANIMAIS DE PEQUENO, MEDIO E GRANDE PORTE NO MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado à Estrada Municipal HBR 40 , Bairro Fundão, Município de Holambra, Estado de São Paulo, de propriedade do Sr. Aristides de Carvalho, com fim específico de servir de sede do Abrigo Municipal para animais de pequeno, médio e grande porte.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de junho de 2008 a 31 de Maio de 2009, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), perfazendo o valor total anual de R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), valor este corrigido anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2.008.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de julho de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 649 DE 11 DE JULHO DE 2008.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL/SUPLEMENTAR POR EXCESSO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a abrir no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), nas Unidades Orçamentárias abaixo descritas, um crédito especial por excesso no valor total de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), com a seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal
02.05 – Obras e Serviços Urbanos
02.05.01 – Obras e Serviços Urbanos Gerais
154510019.1.012000 – Pavimentação de Vias Públicas
02 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados
4.4.90.51 – Obras e Instalações – R$ 1.300.000,00

Art. 2º - Fica ainda a Contadoria Municipal autorizada a suplementar no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), nas Unidades Orçamentárias abaixo descritas, um crédito suplementar por excesso no valor total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal
02.05 – Obras e Serviços Urbanos
02.05.01 – Obras e Serviços Urbanos Gerais
123650029.1.027000 – Construção, Reforma e Ampliação de Creches
4.4.90.51 – Obras e Instalações – R$ 150.000,00

154510019.1.036000 – Construção da Praça da Cachoeira
4.4.90.51 – Obras e Instalações – R$ 50.000,00

Art. 3º - Os recursos necessários à abertura dos créditos de que trata o artigo anterior decorrem do excesso de arrecadação por parte dos Convênios Estaduais, conforme Minutas dos Termos de Convênio junto à Secretaria de Economia e Planejamento – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE.

Art 4º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor dos *projetos* ora contemplados na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de julho de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 650 DE 11 DE JULHO DE 2008

DISPÕE SOBRE A NOMENCLATURA DAS ESTRADAS QUE LIGAM O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA AOS BAIRROS RURAIS

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei municipal:

Artigo 1º - As estradas rurais que dão acesso ao perímetro urbano do município da Estância Turística de Holambra terão a seguinte nomenclatura:

I – A HBR 60 que liga o perímetro urbano ao bairro Campo das Almas será chamada de "Estrada Campo das Almas";

II – A HBR 155 que liga o perímetro urbano aos bairros Palha Grande e Alegre, em direção ao bairro Palmeiras, será chamada de "Estrada do Palmeiras";

III - A HBR 165 que liga o perímetro urbano aos bairros Feital e Alegre será chamada de "Estrada do Alegre no lado Norte da SP 107, e "Estrada dos Eucaliptos" no lado Sul da SP 107.

IV - A HBR 40 que liga o perímetro urbano aos bairros Trentina, Manga e Fundão, será chamada de "Estrada do Fundão";

V – A HBR 30 que liga o perímetro urbano ao bairro Cachoeira será chamada de "Estrada da Cachoeira";

VI – A HBR 20 que liga o perímetro urbano aos bairros Cachoeira, Manga, Loteamento Santo Antonio e Fundão serão chamados de "Estrada do Pinhalzinho";

VII A HBR 10 que liga o perímetro urbano ao bairro Camanducaia será chamada de "Estrada do Camanducaia";

VIII – A HBR 253 que liga o perímetro urbano ao bairro Borda da Mata será chamada de "Estrada Borda da Mata";

IX – A HBR 240 que liga o perímetro urbano ao bairro Dona Amélia será chamada de "Estrada Dona Amélia".

Artigo 2º - As estradas rurais, quando atingidas por uma ampliação do perímetro urbano, poderão receber nomenclatura própria ou manter a nomenclatura definida por esta lei.

Artigo 3º - As despesas com a execução desta Lei, correrão pelas dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de Julho de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei nº 017/2008 - Vereador Nicolau João Bakker.

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Art. 5º - Não se considera em efetivo exercício, para os fins previstos nesta Lei, o Procurador que, na data do rateio, esteja:

I - licenciado para tratamento de interesses particulares;

II - licenciado para campanha eleitoral;

III - licenciado para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - afastado para exercício de mandato eletivo;

V - afastado por aposentadoria a pedido, a contar da data do afastamento;

VI - afastado por aposentadoria, a contar da data do ato;

VII - afastado da função para cumprimento de punição ou para responder a processo disciplinar.

Art. 6º - O recebimento extrajudicial de honorários advocatícios dar-se-á exclusivamente na Tesouraria do Município e por meio de guias próprias.

Art. 7º - Os honorários advocatícios serão depositados em conta bancária, destinada exclusivamente a este fim.

Art. 8º - É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire do procurador municipal o direito ao recebimento de honorários processuais de que trata esta Lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de agosto de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 652 DE 11 DE JULHO DE 2008

DISPÕE SOBRE A DIVISÃO TERRITORIAL DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei municipal:

Artigo 1º - Fica a zona rural do município da Estância Turística de Holambra dividida em bairros, nomeados de acordo com a nomenclatura original em uso quando da fundação da Cooperativa Agropecuária Holambra, com inclusão da área posteriormente anexada por ocasião da criação do município.

Artigo 2º - Os bairros e áreas incluídos dentro do atual e futuro perímetro urbano, e dentro dos limites das atuais e futuras áreas de extensão urbana, não fazem parte das disposições desta lei, mantendo sua nomenclatura própria.

Artigo 3º - Ficam caracterizados, legalmente, os bairros rurais de: FUNDÃO, MANGA, CACHOEIRA, TRENTINA, FEITAL, PALHA GRANDE, ALEGRE, CAMANDUCAIA e CAMPO DAS ALMAS, com os limites estabelecidos de acordo com o mapa anexo da divisão geográfica da Cooperativa Agropecuária Holambra, de acordo com cópia publicada no livro "Holambra 1948-1998", editado pela Stichting Holambra Nederland, 1998, páginas 136 e 137.

Artigo 4º - Ficam caracterizados, legalmente, também, os bairros rurais de: PALMEIRAS, LAGOINHA, DONA AMÉLIA e BORDA DA MATA, tendo os limites estabelecidos de acordo com a tradição dos moradores locais e os mapas anexos "Planta da Fazenda Ribeirão – Companhia Armour do Brasil", São Paulo, 1934, e o "Mapa Cadastral da Prefeitura de Holambra", da seguinte forma:

I – O Bairro PALMEIRAS se localiza entre as divisas do Ribeirão do Pirapitingüi, os córregos da Estiva e do Glória, e a atual divisa da propriedade agrícola "Santa Maria Agropecuária Ltda.", chamada Fazenda Santa Eliza.

II – O Bairro LAGOINHA fica constituído pela atual divisa da propriedade agrícola "Santa Maria Agropecuária Ltda." com o bairro Palmeiras, as divisas dos córregos da Estiva e do Glória, e a divisa da propriedade agrícola "Santa Maria Agropecuária Ltda." com a divisa da chamada "Fazenda Dona Amélia".

III – O Bairro DONA AMÉLIA fica constituído pela divisa original da Cooperativa Agropecuária Holambra, a divisa da Fazenda Dona Amélia com a Fazenda Santa Eliza, o córrego Borda da Mata e a atual divisa entre o município de Holambra com os municípios de Santo Antonio da Posse e Jaguariúna.

LEI Nº 647 DE 04 DE JULHO DE 2008

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER RATEIO DO RESÍDUO DO FUNDEB AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1.º - *Fica o Executivo Municipal autorizado a distribuir um rateio* do resíduo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, pertinentes aos recursos destinados à remuneração destes profissionais, referente ao percentual mínimo a ser destinado ao pagamento dos profissionais do magistério, nos termos do artigo 22 da Lei n.º 11.494, de 20/06/2007.

Artigo 2.º - *O rateio será efetivado no decorrer de cada exercício* podendo ser pago em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira calculada até 30 de julho e a segunda até 31 de dezembro, cujo pagamento dar-se-á juntamente com os vencimentos do período.

Artigo 3.º - O rateio será calculado proporcionalmente aos vencimentos de cada servidor e mediante critérios de aferição de freqüência durante o período letivo na seguinte conformidade:

I) em até 06 faltas por período: 100% do valor referente ao rateio;

II) de 07 a 09 faltas por período: 70% do valor do rateio;

III) de 10 a 12 por período: 40% do valor do rateio;

IV) acima de 13 por período: não fará jus ao rateio;

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 645 DE 20 DE JUNHO DE 2008.

SUPLEMENTA VERBAS ORÇAMENTÁRIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica autorizada a Contadoria Municipal a suplementar no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), as seguintes dotações orçamentárias nas importâncias abaixo discriminadas:

Unidade Orçamentária/Executora	Cód.	Categoria Econômica	Valor
Obras e Serviços Urbanos Gerais	172	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Reforma e Ampliação do clube da 3ª Idade)	50.000,00
FUNDEB 40%	300	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental)	160.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	175	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental)	70.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	176	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Creches)	300.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	179	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Pré Escolas)	60.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	198	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de Coreto da Praça dos Coqueiros)	15.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	215	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Implantação da Usina de Reciclagem)	10.000,00
Saneamento	256	4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente	70.000,00
FMS- Atenção Básica	359	4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente	20.000,00
		TOTAL	755.000,00

ARTIGO 2º - Os recursos necessários para suplementação dos créditos de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária/Executora	Cód.	Categoria Econômica	Valor
Obras e Serviços Urbanos Gerais	188	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Pavimentação de vias urbanas)	755.000,00
		TOTAL	755.000,00

ARTIGO 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor do projeto ora contemplado na presente lei.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º - Revogam- se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de junho de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

FUNDEB 40%	300	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental)	60.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	183	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de 1ª Etapa Teatro Municipal)	285.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	184	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Aquisição de Equipamentos para Teatro Municipal)	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	185	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Aquisição de Equipamentos para Teatro Municipal)	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	186	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de Centro de Eventos)	359.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	189	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de Guias e Sarjetas)	10.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	193	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Águas Pluviais)	55.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	203	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção do Parque da Criança)	18.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	204	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção do Parque das Flores)	198.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	222	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Conclusão Obras Saneamento Rede Tratamento de Esgotos/Polimento)	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	223	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Conclusão Obras Saneamento Rede Tratamento de Esgotos/Polimento)	110.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	225	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Aquisição de Caminhão Patrulha Agrícola)	70.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	226	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção Centro Permanente de Venda de Artesanatos e Produtos Típicos)	180.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	227	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de 1ª Etapa Réplica Mini Madurodan)	15.000,00
		TOTAL	1.645.000,00

ARTIGO 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor do projeto ora contemplado na presente lei.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º - Revogam- se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de maio de 2008.

CELSO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 643 DE 08 DE MAIO DE 2008

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DEPARTAMENTO MUINICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado à Rua Campo de Pouso, n.°1.139, Centro, Município de Holambra, Estado de São Paulo, com fim específico de servir de sede do Departamento Municipal de Promoção Social.

Artigo 2° - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de abril de 2008 a 31 de Março de 2009, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total anual de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), valor este corrigido anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3° - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4° - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2.008.

Artigo 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de maio de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 642 DE 08 DE MAIO DE 2008

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À VIA PÚBLICA DA DESAPROPRIAÇÃO DE UMA FAIXA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DOS Srs. ALBERTO WAGEMAKER e ANA GERTRUDA CRINS WAGEMAKER (RUA PROJETADA)

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - *A via pública, a seguir designada, passa a ter a denominação oficial, que segue, a saber:*

Designações atuais:	***Bairro***	***Denominação oficial:***
Rua 'PROJETADA'	*Desapropriação de uma Faixa de terras para via pública*	***Rua Copo de Leite***

Artigo 2º - *As despesas com a execução desta Lei, correrão pelas dotações próprias do orçamento vigente.*

Artigo 3º - *Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.*

Artigo 4º - *Revogadas as disposições em contrário.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de maio de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do projeto de lei nº 014/2008: Sr. Wilson Barbosa – Vereador Municipal
Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Artigo 6.º - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 7.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 448/2002.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de julho de 2008.

CELSO CAPACO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

IV – O Bairro BORDA DA MATA fica constituído pela divisa do perímetro urbano do município de Holambra, o córrego Borda da Mata, a divisa entre os municípios de Holambra e Jaguariúna, e a divisa com o bairro Camanducaia.

Artigo 5º - As despesas com a execução desta Lei, correrão pelas dotações próprias do orçamento vigente, suplementas se necessário.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de Julho de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei nº 016/2008 – Vereador Nicolau João Bakker e demais Vereadores.

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 646 DE 20 DE JUNHO DE 2008.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL/SUPLEMENTAR POR EXCESSO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a abrir no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), nas Unidades Orçamentárias abaixo descritas, um crédito especial por excesso no valor total de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), com as seguintes dotações orçamentárias:

02.06 – Saneamento
175120022.2.022000 – Manutenção das Atividades de Água e Esgoto
02 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 200.000,00

02.11 – Saúde
02.11.01 – FMS – Atenção Básica
1030110033.2.033000 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica
02 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente – R$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura dos créditos de que trata o artigo anterior decorrem do excesso de arrecadação por parte dos Convênios Estaduais, conforme Minutas dos Termo de Convênio junto ao Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP e Secretaria de Estado da Saúde – Termo Aditivo nº 02/2008, respectivamente.

Art 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor dos *projetos* ora contemplados na presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de junho de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 644 DE 15 DE MAIO DE 2008.

SUPLEMENTA VERBAS ORÇAMENTÁRIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica autorizada a Contadoria Municipal a suplementar no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), as seguintes dotações orçamentárias nas importâncias abaixo discriminadas:

Unidade Orçamentária/Executora	Cód.	Categoria Econômica	Valor
Obras e Serviços Urbanos Gerais	176	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Creches)	130.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	180	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de Biblioteca Municipal)	100.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	182	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de Memorial aos Imigrantes)	15.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	188	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Pavimentação de Vias Públicas)	610.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	199	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção da Praça da Bíblia)	100.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	200	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Revitalização da Praça das Gérberas)	15.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	201	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Urbanização, Canteiro Central, Ciclovias e Iluminação da Av. Rota dos Imigrantes)	200.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	202	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Revitalização da Praça dos Pioneiros)	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	215	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Implantação de Usina de Reciclagem)	20.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	229	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma ou Ampliação de Conjuntos Poliesportivos)	95.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	230	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Ampliação e Reforma do Ginásio Municipal de Esportes)	30.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	231	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de Estádio Municipal no Bairro Palmeiras)	250.000,00
Desporto e Lazer - Esportes	171	4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	30.000,00
		TOTAL	1.645.000,00

ARTIGO 2º - Os recursos necessários para suplementação dos créditos de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária/Executora	Cód.	Categoria Econômica	Valor
Obras e Serviços Urbanos Gerais	175	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental)	135.000,00

FUNDEB 40%	300	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental)	60.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	183	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de 1ª Etapa Teatro Municipal)	285.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	184	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Aquisição de Equipamentos para Teatro Municipal)	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	185	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Aquisição de Equipamentos para Teatro Municipal)	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	186	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de Centro de Eventos)	359.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	189	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de Guias e Sarjetas)	10.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	193	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção, Reforma e Ampliação de Águas Pluviais)	55.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	203	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção do Parque da Criança)	18.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	204	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção do Parque das Flores)	198.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	222	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Conclusão Obras Saneamento Rede Tratamento de Esgotos/Polimento)	50.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	223	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Conclusão Obras Saneamento Rede Tratamento de Esgotos/Polimento)	110.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	225	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Aquisição de Caminhão Patrulha Agrícola)	70.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	226	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção Centro Permanente de Venda de Artesanatos e Produtos Típicos)	180.000,00
Obras e Serviços Urbanos Gerais	227	4.4.90.51 - Obras e Instalações (Construção de 1ª Etapa Réplica Mini Madurodan)	15.000,00
		TOTAL	1.645.000,00

ARTIGO 3º - Fica convalidado na Lei nº 549/05 – PPA e na Lei nº 613/07 – LDO, o valor do projeto ora contemplado na presente lei.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º - Revogam- se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de maio de 2008.

CELSO CABADO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 643 DE 08 DE MAIO DE 2008

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DEPARTAMENTO MUINICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado à Rua Campo de Pouso, n.º1.139, Centro, Município de Holambra, Estado de São Paulo, com fim específico de servir de sede do Departamento Municipal de Promoção Social.

Artigo 2° - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de abril de 2008 a 31 de Março de 2009, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total anual de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), valor este corrigido anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3° - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4° - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2.008.

Artigo 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de maio de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 642 DE 08 DE MAIO DE 2008

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À VIA PÚBLICA DA DESAPROPRIAÇÃO DE UMA FAIXA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DOS Srs. ALBERTO WAGEMAKER e ANA GERTRUDA CRINS WAGEMAKER (RUA PROJETADA)

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - *A via pública, a seguir designada, passa a ter a denominação oficial, que segue, a saber:*

Designações atuais:	***Bairro***	***Denominação oficial:***
Rua 'PROJETADA'	*Desapropriação de uma Faixa de terras para via pública*	***Rua Copo de Leite***

Artigo 2º - *As despesas com a execução desta Lei, correrão pelas dotações próprias do orçamento vigente.*

Artigo 3º - *Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.*

Artigo 4º - *Revogadas as disposições em contrário.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de maio de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do projeto de lei nº 014/2008: Sr. Wilson Barbosa – Vereador Municipal
Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 641 DE 24 DE MARÇO DE 2008

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênios e respectivos aditamentos com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, objetivando o desenvolvimento de programas ligados a Agricultura e Abastecimento.

Artigo 2º - Para o cumprimento do disposto no artigo 1º fica o Poder Executivo autorizado:

I – A receber repasses financeiros e/ou cessão de uso de bens patrimoniais e outros.

II – Abrir crédito suplementar especial ao orçamento nos valores liberados pelos ajustes, até os limites previstos na Lei Orçamentária.

Artigo 3º - Os encargos que a Prefeitura vier assumir em razão da execução do acordo correrão por conta de verbas próprias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra, 24 de março de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 640 DE 24 DE MARÇO DE 2008.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a abrir no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), na Unidade Orçamentária abaixo descrita, um crédito suplementar especial no valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com as seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal
02.07 – Agricultura e Meio Ambiente
205410044.2.044000 – Manutenção das Atividades do FUNDEMA
3.3.90.30 – Material de Consumo – R$ 1.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal
02.07 – Agricultura e Meio Ambiente
205410044.2.044000 – Manutenção das Atividades da Agricultura
3.3.90.30 – Material de Consumo – R$ 1.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 1.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de março de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 639 DE 24 DE MARÇO DE 2008.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a abrir no Orçamento Geral do Município do exercício de 2008 (Lei Municipal nº 629, de 19 de Dezembro de 2007), na Unidade Orçamentária abaixo descrita, um crédito suplementar especial no valor total de R$ 109.791,34 (Cento e nove mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e quatro centavos), com as seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal
02.09 – FUNDEB
02.09.02 – FUNDEB – FUNDEB 40%
123610027.2.027000 – Manutenção das Atividades – FUNDEB 40%
92 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados - exercícios anteriores
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – R$ 5.713,40
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 104.077,94

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal
02.09 – FUNDEB
02.09.02 – FUNDEB – FUNDEB 40%
123610027.2.027000 – Manutenção das Atividades – FUNDEB 40%
02 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – R$ 5.713,40
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 104.077,94

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais à 02/01/2008.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de março de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiane K. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 638 DE 24 DE MARÇO DE 2008.

"INSTITUI A SEMANA DE PREVENÇÃO A HIPERTENSÃO ARTERIAL NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído a "Semana de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial" no município da Estância Turística de Holambra a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de abril, passando a integrar o calendário oficial do município.

Artigo 2º - A Campanha de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial deverá ser executada nas Unidades de Atendimento da Rede Municipal de Saúde, Unidades de Sistema Único de Saúde e nas escolas sob o controle da Secretaria Municipal de Educação, através de pessoal habilitado de conformidade com os métodos clínicos específicos, identificando e orientando àqueles que buscarem atendimento durante a comemoração.

Artigo 3º - Fica denominado o dia "26 de Abril o Dia Municipal de Combate à Hipertensão Arterial", inscrito no calendário oficial.

Artigo 4º - Fica assegurado à participação da sociedade civil e de empresas privadas para a realização da Semana, ficando a critério do Poder Executivo, na forma regulamentar, promover possível incentivo em favor dos participantes.

Artigo 5º - O Poder Público regulamentará a presente Lei e a divulgação publicitária da campanha no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 24 de março de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei nº 009/2008: Sr. Wilson Barbosa – Vereador Municipal
Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 637 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL – ACE DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL –ACE DA ESTANCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.**

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Révogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de fevereiro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 636 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a firmar contrato de locação do imóvel situado a Rua Campo de Pouso, nº 607, Bairro Centro, Município de Holambra, para o fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Militar do Município.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses, a contar a partir de 01 de janeiro de 2008 a 31 de janeiro de 2009, prorrogável por igual período sendo o valor mensal de R$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total anual de R$12.000,00 (doze mil reais) , corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 01 de Janeiro de 2008.

Artigo 6º -Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de fevereiro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 635 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA CIVIL NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado a Rua Dr. Jorge Latour, nº 393, Centro, Holambra, com fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Civil do Município.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses, a contar a partir de 01 de janeiro de 2008 à 31 de janeiro de 2009, prorrogável por igual período, com valor mensal de R$ 1.592,61 (um mil, quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), perfazendo o valor total anual de R$ 19.111,32 (dezenove mil, cento e onze reais e trinta e dois centavos) corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais á data de 01 de janeiro de 2008.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de fevereiro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado porá fixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N. º 634 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008.

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DA ESTANCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado à Rua Primavera, nº 1.441 – Q "L" – Lotes 6B no Município de Holambra, com fim específico de servir de sede ao Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2.008 a 31 de Janeiro de 2.009, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinqüenta reais), perfazendo o valor total anual de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de janeiro de 2.008.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de fevereiro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N. º 633 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008.

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ESTANCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado à Rua Primavera, nº 1.441 – Q "L" – Lotes 6A no Município de Holambra, com fim específico de servir de sede ao Departamento Municipal de Educação.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2.008 a 31 de Janeiro de 2.009, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 2.125.87 (dois mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos), perfazendo o valor total anual de R$ 25.510,44 (vinte e cinco mil, quinhentos e dez reais e quarenta e quatro centavos) corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de janeiro de 2.008.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de fevereiro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 632 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

AUTORIZA O EXECUTIVO A FORMALIZAR CONTRATO DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL QUE SEDIA A CRECHE MUNICIPAL "FAVO DE MEL".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado na Estrada Municipal, lote 04/09, Bairro Fundão, Holambra, com fim específico de servir de sede da Creche Municipal CECI "Favo de Mel".

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2.008 até 31 de janeiro de 2009, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), perfazendo o valor total anual de R$ 10.560,00 (dez mil, quinhentos e sessenta reais), valor este corrigido anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 01 de janeiro de 2.008.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de fevereiro de 2008.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 631 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR A BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado à Rua Campo de Pouso, n.º 979, Centro, Município de Holambra, Estado de São Paulo, com fim específico de servir de sede da Biblioteca Pública Municipal.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2008 a 31 de Janeiro de 2009, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 1.655,42 (um mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e quarenta centavos), perfazendo o valor total anual de R$ 19.865,04 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), valor este corrigido anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.008.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de fevereiro de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 630 DE 07 DE FEVERIRO DE 2008

"AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A RECEBER, MEDIANTE REPASSE EFETUADO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, RECURSOS FINANCEIROS A FUNDO PERDIDO."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o executivo municipal autorizado a:

I - Receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido, procedentes do Tesouro do Estado;

II - Assinar com o Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Economia e Planejamento o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no Inciso I deste artigo, bem como as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretaria;

III - Abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas com a execução da (s) obra (s) e ou Aquisição (ões).

PARÁGRAFO ÚNICO - A cobertura do crédito autorizado no Inciso III será efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

ARTIGO 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão a ***Construção de Creche***.

ARTIGO 3º - Os encargos que a prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de fevereiro de 2008.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fabiana K. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa